

Recomendação

“Pelo fim da desresponsabilização do Estado e da municipalização do ensino”

O ensino público assume-se como uma das mais relevantes conquistas civilizacionais do século passado em Portugal, promovendo a qualificação e igualdade de oportunidades entre todos os cidadãos.

A escola pública deverá, por isso, continuar a constituir um desígnio nacional da maior relevância no que respeita à inclusão, coesão social e garantia de oportunidade em igualdade para todos os cidadãos, conforme consagrado na Constituição da República Portuguesa.

Compete ao Estado a função de garantir essa equidade e igualdade de oportunidades a todos os cidadãos, assegurando as mesmas competências nos finais dos respectivos ciclos/cursos a todos os alunos que frequentem o ensino público.

No entanto, através da municipalização do ensino tem havido tentativas de desresponsabilizar o Estado dessa função que deve assegurar através da promoção e do financiamento de uma educação pública com qualidade para todos, e que justificam os impostos colectados aos contribuintes.

De facto, foi aprovada no dia 16 de Fevereiro, em Conselho de Ministros, uma proposta de lei-quadro, para a transferência de novas responsabilidades para as autarquias locais.

Esta proposta não é totalmente clara quanto à extensão das competências que o Governo pretende transferir, especificamente no domínio da educação. Contudo, deixa expresso que a transferência seria executada de forma permanente e universal.

A municipalização da educação poria em causa a autonomia das escolas e da liberdade pedagógica e profissional dos profissionais da educação, podendo ainda comprometer a educação pública universal e, até, nalguns casos, o seu carácter democrático.

Esta participação dos municípios na gestão dos recursos educativos, do pessoal não docente e do próprio desenvolvimento das actividades de enriquecimento curricular poderá suprimir, directa ou indirectamente, a autonomia das escolas e agrupamentos.

Este caminho da municipalização da educação não é muito distinto do caminho iniciado pelo governo PSD/CDS, cujo objectivo era afastar responsabilidades e abrir portas à contratualização e privatização de vários serviços da Escola Pública.

Facilmente se percebe que, com este processo, um número considerável de autarquias assumiria responsabilidades que as obrigariam a recorrer à contratualização, com privados, de muitos serviços.

Importa também realçar que muitas autarquias precisam, essencialmente, de recuperar condições, sobretudo financeiras, para exercer as suas actuais atribuições. Caso este problema não se resolva, surgirão graves assimetrias, fruto das desigualdades existentes entre municípios.

Assim, esta municipalização incorre em sérios riscos e gera prejuízos, como por exemplo o risco de se promover um currículo espartilhado que poderá atacar a unidade e a homogeneidade de um currículo universal.

Por outro lado, é desejável que ao ensino corresponda igualmente a capacidade de ajustamento às realidades particulares do contexto de cada escola/agrupamento, permitindo, assim, situações de adaptação às suas circunstâncias, o que em nada colide com a responsabilidade estatal que deve imperar sobre o ensino público.

É inaceitável que o ensino público se possa pautar por critérios de eficiência económica que se traduzam na promoção de contrapartidas monetárias às câmaras municipais, colocando em risco a qualidade de educação que a escola pública deve garantir. Esse economicismo traduz-se sempre na diminuição de qualidade do serviço prestado aos alunos.

Por fim, importa relembrar que, em Portugal, o histórico da transferência de competências para as autarquias se traduziu sempre em problemas de financiamento, tendo como consequência a insuficiência de recursos e materiais e consequentes fragilidades de respostas.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Ecologista “**Os Verdes**”, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que:

1 - Reconheça a necessidade de valorização e defesa de uma escola pública, gratuita e de qualidade.

2 - Reitere, junto do Governo, a urgência de reforçar as verbas do Orçamento de Estado destinadas à valorização da escola pública e à prossecução dos princípios consagrados na Constituição da República Portuguesa.

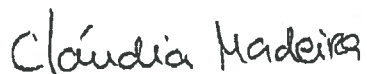
3 - Rejeite a municipalização do ensino e qualquer medida que ampute a autonomia das escolas, reivindicando o cumprimento das responsabilidades do Estado na promoção de uma escola pública promotora da igualdade, da qualidade e do desenvolvimento, conforme consagrado na Constituição da República Portuguesa.

Mais delibera ainda:

4 - Enviar a presente deliberação à FENPROF, ao Ministério da Educação e aos Grupos Parlamentares.

Assembleia Municipal de Lisboa, 7 de Março de 2017

O Grupo Municipal de “Os Verdes”



Cláudia Madeira



J. L. Sobreda Antunes

